



# Perfumes Dana do Brasil S.A.

CNPJ nº 61.105.722/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em Reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais. São Paulo, 31 de maio de 2025



Balanco Patrimonial						Demonstração do Resultado						
Ativo/Circulante			Passivo/Circulante			Receita operacional líquida			Custo dos serviços prestados			
Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	
<b>Ativo/Circulante</b>			<b>Passivo/Circulante</b>			<b>Receita operacional líquida</b>			<b>Custo dos serviços prestados</b>			
	<b>186.557</b>	<b>153.121</b>		<b>117.482</b>	<b>58.396</b>		<b>446.832</b>	<b>297.735</b>		<b>208.054</b>	<b>(152.445)</b>	
Caixa e equivalente de caixa	5	2.970	Fornecedores	12	26.628		238.778	145.290		238.778	145.290	
Contas a receber	6	92.637	Fornecedores partes relacionadas	12	30.813		Despesas administrativas	18	(53.166)	(17.187)	(17.187)	
Estoques	7	71.319	Empréstimos e financiamentos	13	26.290		Despesas com vendas	18	(109.220)	(69.523)	(69.523)	
Adiantamento de fornecedores		6.944	Passivos de arrendamento	11	2.712		Outras receitas	18	5.702	9.671	9.671	
Impostos a recuperar		10.047	Obrigações fiscais		4.532		<b>Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>82.094</b>	<b>68.251</b>	<b>68.251</b>	
Ativos financeiros derivativos	21	1.978	Imposto de renda e contribuição social		3.590		Despesas financeiras	19	(14.412)	(4.818)	(4.818)	
Outros créditos a receber		662	Obrigações trabalhistas		2.759		Receitas financeiras	19	3.813	2.134	2.134	
<b>Não circulante</b>	<b>36.843</b>	<b>10.764</b>	Passivos financeiros derivativos		750		<b>Lucro antes dos IR e da CS</b>		<b>71.495</b>	<b>65.567</b>	<b>65.567</b>	
Depósitos e bloqueios judiciais	15	187	Demais provisões	14	19.408		IR e CS - Correntes	19	(32.628)	(15.268)	(15.268)	
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	19	6.367	<b>Não circulante</b>	<b>28.579</b>	<b>53.383</b>		IR e CS - Diferidos	19	6.367	-	-	
Imobilizado	9	12.733	Provisão de contingências	15	270		<b>Lucro do exercício</b>		<b>45.234</b>	<b>50.299</b>	<b>50.299</b>	
Ativos de arrendamento - Direito de uso	11	11.160	Passivos de arrendamento	11	7.976		<b>Lucro por ação</b>		<b>0,98</b>	<b>1,09</b>	<b>1,09</b>	
Intangível	10	6.396	Empréstimos e financiamentos	13	20.334		<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>223.400</b>	<b>163.885</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>77.339</b>	<b>52.106</b>		<b>Lucro do exercício</b>		<b>45.234</b>	<b>50.299</b>	<b>50.299</b>	
			Capital social	16	43.878		Resultados abrangentes		-	-	-	
			Reservas legais	16.b	20.146		<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>45.234</b>	<b>50.299</b>	<b>50.299</b>	
			Lucros/(Prejuízos) acumulados	16.c	13.315							
			<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>223.400</b>	<b>163.885</b>							

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						Demonstração do Fluxo de Caixa											
Capital social			Reserva de Prejuízos acumulados			Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades de investimento			Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 - (Não auditado)</b>						<b>Lucro líquido do exercício</b>						<b>Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>					
	<b>43.878</b>	-	<b>6.320</b>	<b>(17.709)</b>	<b>32.489</b>		<b>45.234</b>	<b>50.299</b>		<b>2.856</b>	<b>857</b>		<b>2.856</b>	<b>857</b>			
Lucro do exercício	-	-	-	-	50.299	Depreciação/amortização	18	2.856	857	Perda e ajustes de imobilizado e intangível	10	708	234	234			
Constituição de reservas	16.d	-	2.037	(2.037)	-	Provisão para perdas de créditos esperadas	6	(644)	-	Provisões para contingências	15	123	353	353			
Reserva de subvenção	16.c	-	-	9.562	(9.562)	Variáveis monetárias e juros		2.929	-	Provisão para IR e CS	16	32.628	15.268	15.268			
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	(9.332)	(9.332)	Provisão para IR e CS diferidos	16	(6.367)	-	Demais provisões	14	17.649	-	-		
Dividendos proposta a AGO	16.d	-	-	-	(19.986)	(19.986)	<b>Redução (aumento) de ativos e passivos operacionais:</b>			Contas a receber de clientes		(8.679)	(47.947)	(47.947)			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023 - (Não auditado)</b>	<b>43.878</b>	<b>2.037</b>	<b>15.882</b>	<b>(8.327)</b>	<b>53.470</b>	<b>Lucro do exercício</b>		<b>45.234</b>	<b>50.299</b>	Estoques		(43.232)	(7.846)	(7.846)			
Lucro do exercício	-	-	-	-	50.299	Constituição de reservas	16.d	-	2.037	Adiantamentos a fornecedores		(2.223)	(1.583)	(1.583)			
Constituição de reservas	16.d	-	2.262	(2.262)	-	Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	Impostos a recuperar		346	777	777			
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	(11.309)	(11.309)	Dividendos proposta a AGO	16.d	-	Demais ativos		1.978	85	85			
Dividendos proposta a AGO	16.d	-	-	-	(8.692)	(8.692)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>43.878</b>	<b>4.299</b>	<b>15.882</b>	<b>14.644</b>	<b>78.703</b>	<b>78.703</b>				

**1. Contexto Operacional:** A Perfumes Dana do Brasil S.A. é uma sociedade por ações com sede em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil, que tem por objeto social: (i) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de perfumes e saneantes, bem como de outros artigos de tocador, de higiene pessoal, de cosméticos e de produtos semelhantes; (ii) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de preparos para lavanderia, de produtos e de instrumentos de limpeza, de saneantes, de sabões comuns e de sabões não perfumados, (iii) o exercício de atividades conexas, desde que independam de autorização governamental específica; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de colista ou acionista. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e por deliberação da Diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, inclusive com parcela do capital social destacado.

**2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1 **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e, ainda, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações. 2.2 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração da Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2.3 **Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Uso de estimativas e julgamentos significativos:** Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir, significativamente, dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da realização dos estoques, provisão de contingências e avaliação de instrumentos financeiros. 3. **Principais Políticas Contábeis:** Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 3.1 **Conversão de transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) ("moeda funcional") da Sociedade usando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos ou as perdas cambiais sobre ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras. 3.2 **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e, quando aplicável, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 3.3 **Contas a receber de clientes e provisão de crédito esperada:** Correspondem aos valores a receber decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de crédito esperada é calculada com base no estudo da expectativa de perda futura do saldo de contas a receber e pela análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas, no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento. 3.4 **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado. O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Sociedade realizou uma análise em seu inventário de estoques onde identificou:

**3.5. Direito de uso de arrendamentos:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Sociedade reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento:** Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Sociedade. **Prazo de arrendamento:** A Sociedade reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos arrendamentos, a Sociedade considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Sociedade, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento, para o exercício a companhia utilizou uma taxa média de 11% a.a. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração à vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear no decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

**3.6. Imobilizado e intangíveis:** Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas nas notas explicativas nº 8 e nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas para 2024 e 2023, são as seguintes:

Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Caixas, formas e moldes	6 anos
Softwares	5 anos

Um item do imobilizado ou intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 3.7 **Redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"):** Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" nas datas de encerramento dos exercícios.

**3.8. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 3.9. **Provisões:** Reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. 3.10. **Provisões para riscos civis, trabalhistas e tributários:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. 3.11. **Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 3.12. **Receita:** A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, considerando as atualizações ocorridas em virtude da mudança das práticas contábeis com relação ao reconhecimento da receita, conforme o CPC 47. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Sociedade; (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (iv) quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. A receita pela venda dos produtos é reconhecida quando da transferência de controle, os riscos e os benefícios de propriedade desses itens são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre os produtos vendidos. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem os juros sobre aplicações financeiras, e juros sobre conta a receber de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas bancárias, IOF e antecipação de recebíveis. 3.13. **Tributação - imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade opta pelo regime de tributação com base no lucro real, e, nesse caso, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à alíquota da legislação vigente. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias. As alíquotas desses

impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. 3.14. **Subvenções governamentais:** A subvenção governamental concedida pelo Estado de Alagoas é caracterizada como investimento e convalidada pela Lei Ordinária 8.085 que Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Alagoas. São receitas provenientes entre a diferença do ICMS destacado na nota fiscal e o valor recolhido ao Estado, reconhecidas em conta de resultado e em conta apropriada no Patrimônio Líquido, de modo que não fique disponível aos sócios como lucros sem serem oferecidas à tributação de IRPJ/CSLL até o exercício de 2023 e passaram a ser tributadas em 2024, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. 3.15. **Instrumentos financeiros:** Definição: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: a) Caixa, b) Instrumento patrimonial de outra entidade, c) Direito contratual: i. De receber caixa ou outro ativo financeiro de outra Sociedade. ii. De troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra Sociedade sob condições potencialmente favoráveis para a Sociedade. d) Um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade, e seja: i. Um não derivativo no qual a Sociedade é o emissor ou devedor de um número variável de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da própria Sociedade não incluem os instrumentos financeiros com opção de venda classificados como instrumentos patrimoniais. Os instrumentos que imponham a obrigação a uma Sociedade de entregar à outra parte um "pro rata" como parte dos ativos líquidos da Sociedade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou os instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da Sociedade. **Passivos financeiros:** a) Uma obrigação contratual de: i. Entregar caixa ou outro ativo financeiro a outra Sociedade. ii. Trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra Sociedade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a Sociedade. b) Contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria Sociedade, e seja: i. Um não derivativo no qual a Sociedade é o emissor ou devedor de um número variável de instrumentos patrimoniais da Sociedade. ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo em caixa, ou outro ativo financeiro, por um número fixo de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da Sociedade não incluem instrumentos financeiros com opção de venda que são classificados como instrumentos patrimoniais, instrumentos que imponham à Sociedade a obrigação de entregar à outra parte um "pro rata" de parte dos ativos líquidos da Sociedade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma Sociedade após a dedução de todos os seus passivos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Instrumento com opção de venda é um instrumento financeiro que dá ao seu detentor o direito de retornar o instrumento ao emissor por caixa, ou outro ativo financeiro, ou retornar automaticamente ao emissor no caso de evento futuro incerto, morte ou aposentadoria do detentor do instrumento.

Contadora: Simone Augusto Ribeiro - CRC 1SP 219.035/0-0

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

**ESTADÃO 150 ANOS**

**150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.**

**PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS**

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

**LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS**

**A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês**

**+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS**

**LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE**

**PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

ACESSE E CONHEÇA:

**CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442**